

Alerta Feminista! Igreja conservadora avança sobre o Estado

A leitura dos jornais de hoje e a revisão dos e-mails que circulam freneticamente na Internet, demonstram algumas coisas. Uma delas, a pressão de setores da direita conservadora religiosa dirige-se contra a ministra Nilcéia Freire e o ministro da Saúde, Humberto Costa. Além disso, a direita midiática apóia-se no conservadorismo para angariar mais e maior antipatia contra o governo Lula, dando todo espaço às vozes conservadoras. Por sua vez, os conservadores de plantão, sob argumento de criticar a crise de medicamentos no Ministério da Saúde, colocam em xeque toda a política de combate ao HIV/AIDS, seu alvo principal, pois a estes setores não interessam remédios, já que pregam abstinência como caminho de prevenção à epidemia.

A direita religiosa irrita-se frente a dois avanços em curso: a construção da *Norma técnica da Atenção Humanitária ao aborto legal* no Ministério da Saúde, e a constituição da Comissão Tripartite para revisão da legislação que criminaliza o aborto no Brasil.

Rever a criminalização do aborto:

Uma dívida de 10 anos do Governo Brasileiro

A formação de comissão tripartite para rever a legislação sobre o aborto, cuja composição está em debate no CNDM e na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, demonstrou o compromisso do governo brasileiro com as diretrizes aprovadas na I CNPM e com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, China, em 1995.

Constituir a comissão é o desafio ora enfrentado. No nosso ponto de vista, o trabalho da comissão só estará garantido se ela for composta por organizações que demarquem sua atuação pelo reconhecimento e defesa dos direitos humanos das mulheres, atuando pela formulação e implementação de políticas que possam fazer com que estes direitos se realizem. Por isso, defendemos organizações laicas para um debate laico. Os critérios de representação na comissão não podem ficar acima do sentido de sua criação, sob risco de ser desgastada a iniciativa antes de vermos cumpridos os seus objetivos.

(Extraído da carta da Secretaria Executiva da AMB à imprensa).

Católicas em Campanha

Já está disponível o kit para apoio aos debates da campanha pelo Aborto legal organizada pelas Católicas pelo Direito de Decidir.

Trata-se de um vídeo, um CD para rádios, uma cartilha e uma história em quadrinhos.

O material é especialmente importante para contextos culturais em que a presença do pensamento tradicional religioso configura-se como obstáculo ao debate do tema.

Interessadas em engajar-se na Campanha saibam mais acessando o site: (<http://www.catolicasonline.org.br>).

Beijing +10

Feministas estarão presentes em eventos paralelos à agenda oficial do processo de avaliação da Plataforma de Ação de Beijing, que acontecerá de 28 de fevereiro a 11 de março, em Nova York, durante a 49ª Sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, da ONU (CSW, em inglês).

A AMB estará representada por Carla Batista e Guacira César de Oliveira que atuarão no sentido de contribuir para a resistência a propostas revisionistas e de desmonte de acordos firmados na Plataforma, que está no alvo da direita fundamentalista.

Na programação PARALELA, Guacira César falará no SEMINÁRIO Pobreza e Desenvolvimento com Equidade.

No Brasil, a AMB divulgará carta aberta expondo nossas expectativas em relação ao governo brasileiro e questionando as Metas do Milênio como estratégias insuficientes no âmbito das políticas governamentais para responder aos compromissos assumidos pelos países em Beijing (1995).

Conselheiras do CNDM se engajam na luta contra violência no Pará

Atendendo à demanda do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Schuma Schumacher (AMB) apresentou ao CNDM a proposta de formação de uma comissão especial de conselheiras que acompanhe e se engaje no combate à violência no Pará, em especial no caso do assassinato da Irmã Dorothy, atuando de forma associada ao Fórum de Mulheres no estado.

A proposta foi aprovada e formam parte desta comissão as seguintes conselheiras: Andréa Zarzar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário; Maria Dirce Mendonça / Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); Justina Inês Cima / Movimento de Mulheres Camponesas.

Povos Indígenas

Assembléia em Roraima produz plataforma política

Entre 12 e 15 fevereiro, mais de mil mulheres e homens indígenas participaram da 34ª Assembléia dos Povos Indígenas de Roraima, que reuniu representantes dos povos Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Sapará, Wapichana, Wai Wai e Yanomami, além da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, entre as várias presentes.

A Assembléia produziu um documento que denuncia a gravidade da protelação do processo de reconhecimento da terra indígena Raposa Serra do Sol, o que tem provocado o aumento da violência contra as comunidades indígenas da região. O texto considera que todas as comunidades indígenas de Roraima estão ameaçadas "pela elite política deste Estado, e particularmente pelo projeto de Lei encaminhado pelo senador Mozarildo Cavalcanti".

Para as/os participantes da 34ª Assembléia, as políticas anti-indígenas vêm exigindo que o Governo Federal não se comprometa com os direitos territoriais indígenas em Roraima e ainda dificultam a implementação de políticas públicas nas áreas de direito ambiental, saúde, educação indígena diferenciada e desenvolvimento sustentável.

CONtextos

Anexamos a esta edição algumas cartas e manifestações do movimento feminista e de mulheres em apoio à ministra Nilcéia Freire, que foram divulgadas na imprensa ou circularam através de mídia alternativa dos movimentos.

Consideramos importante e sugerimos a divulgação ampla destas manifestações, inclusive junto a outros movimentos.

No segundo anexo, divulgamos artigo sobre o processo Beijing +10, de Ximena Machicao Barbery, Coordenadora Geral da REPEM, Integrante do Comitê de Seguimento de Beijing +10 da América Latina e do Caribe.